



# Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE AGOSTO DE 1.980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 89.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1.980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Srs. Deputados Renato Bueno e Fiori Luiz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonei, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pittelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se consigne em Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo infausto passamento do ex-Deputado Estadual Sr. EDGAR SPONHOLZ, ocorrido na presente data, na cidade de Ponta Grossa, e que a decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Nossa manifestação de sentimento, prende-se ao fato de termos uma grande amizade ao ex-Deputado e o mesmo durante sua existência ter prestado relevantes serviços públicos, em prol da comunidade e do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Gilberto Agibert Filho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do prestante cidadão pontagrossense, Dr. Edgar Sponholz, ocorrido no dia de hoje na cidade de Ponta Grossa.

O extinto durante sua vida ocupou cargos de relevância não só na cidade de Imbituva onde exerceu com dignidade e honradez o cargo de Prefeito Municipal, como também, representou Ponta Grossa e o Paraná na Assembléia Legislativa do Estado, como Deputado Estadual, onde se revelou grande estadista.

O seu passamento causou a Ponta Grossa e ao Paraná perda irreparável de um de seus maiores homens da área jurídica e cultural, desfrutava de grande prestígio e amizades dentre a comunidade Paranaense, seu desaparecimento, deixa indiscutivelmente uma grande lacuna em nosso meio.

Necessário se faz, que esta Casa Legislativa se associe à família consternada, pelo falecimento de tão ilustre figura.

Requer igualmente, seja esta mensagem de condolência apresentada a seus familiares, à rua Cel. Dulcídio n.º 1.101 na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) David Federmann.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 94/80 — Mensagem Governamental n.º 43/80 que revoga dispositivos das Leis n.ºs 7.074 e 7.122 de 02/01/79 e 26/04/79, respectivamente, (proíbe aos integrantes das carreiras de Procurador do Estado e do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, o exercício de atividade de natureza particular).

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Adalberto Daros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata da sessão de hoje de UM VOTO DE CONGRATULAÇÕES à Excelentíssima Senhora MARIA DE LOURDES ARAÚJO CANET, virtuosa esposa do ex-Governador Jayme Canet Junior por haver sido proclamada "MULHER PADRÃO SOROPTIMISTA DA AMÉRICA DO SUL", e deverá ser ela homenageada no dia 22 do corrente pelo Clube Soroptimista Internacional.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Edilson Alencar.

#### JUSTIFICATIVA:

A mulher Brasileira vem de receber significativa homenagem na pessoa da Excelentíssima Senhora MARIA DE LOURDES ARAÚJO CANET, cujas atividades no campo de assistência social nunca sofreram qualquer interrupção.

Sensível aos problemas dos menos favorecidos pela sorte, e possuidora de notável cabedal de solidariedade humana, a ilustre dama paranaense vem de ser escolhida pelo Clube Soroptimista Internacional de Curitiba como a "MULHER PADRÃO".

É o reconhecimento da vasta obra que dona Maria de

Lourdes Araújo Canet vem realizando, longe da luz das garbiarras, porque a sua natural humildade cristã a inclina para o trabalho silencioso, mas frutífero.

O título provém do fato de ter sido ela vencedora do Concurso "Mulher Padrão Soroptimista da América do Sul" promovido pela mencionada entidade, após ter sido também vencedora do anterior concurso "Mulher Padrão Soroptimista do Clube". O primeiro título se deveu a contribuição dada ao programa Mulheres ajudando Mulheres", em cumprimento as finalidades da agremiação a que pertence, e o segundo ao fato de haver fundado duas entidades sendo uma de caráter beneficente e a outra de caráter científico, havendo se tornado por tudo que vem realizando, "exemplo de mulher para as mulheres".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Egrégio TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, pela decisão condenatória da União Federal por ter aplicado censura discriminatória contra os jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", em 1.973.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Domício Scaramella.

#### JUSTIFICATIVA:

A condenação judicial da censura prévia exercida pelo Governo Federal por meio de atos institucionais, em 1.973, contra os jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", essa decisão histórica vem trazer novo alento para todos nós que vemos na liberdade de imprensa a primeira das liberdades públicas, porque embasa os fundamentos da Democracia.

Conclamamos aos nobres Pares a aprovarem a presente proposição de congratulações ao Poder Judiciário Federal, representado pelo Tribunal Federal de Recursos, pela decisão que condenou a União Federal a indenizar aqueles jornais pela censura discriminatória contra eles exercida, em 1.973, durante o episódio da renúncia do Ministro Cirne Lima, da Agricultura.

Não queremos entrar no mérito da decisão da alta Corte de Justiça, mas verificamos que ela se soma à caudal de soluções da magistratura visando colocar uma limitação sobre os atos dos governantes.

Entendemos que essa histórica decisão como uma homenagem que a sociedade brasileira -- através do Tribunal -- faz a esse vigoroso órgão de imprensa que é o "Estado de São Paulo", que nunca se intimidou ante os poderosos, no cumprimento de sua missão de informar a opinião pública a respeito dos fatos que estavam ocorrendo, mesmo que tais notícias pudessem desagradar os titulares do poder.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Brasil, solicitando a implantação de uma agência bancária ou de um posto avançado no Município de Primeiro de Maio, diante das razões abaixo enumeradas.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) José Tavares.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Primeiro de Maio, um dos mais pujantes

deste Estado, exige melhor atenção do Governo Federal e Estadual.

Com o advento da Usina de Capivara, foi um dos municípios mais prejudicados. Grande parte de suas terras, da melhor qualidade, foi inundada. Nenhuma recompensa recebeu por esse sacrifício. Promessas foram feitas e muitas, por parte do Governo anterior. Hoje, depois de tanta reivindicação, entendo que o município de Primeiro de Maio, faz por merecer tal pretensão.

No ano passado, produziu 700.000 sacas de soja, 525.000 de trigo, 400.000 de café, 100.000 de milho e etc. Possui um rebanho bovino na ordem de 10.146 cabeças de gado para corte e leite, além do que, produziu 700.000 arrobas de algodão.

Creio que estes dados, além de outros que por ventura possam ser exigidos, servem muito bem para justificar o presente pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes no sentido de que sejam procedidos o asfaltamento da BR-153 no trecho que liga IMBITUVA-IRATI, pois o mesmo encontra-se no plano de asfaltamento do Governo Federal desde 1.977 e consta de uma distância de apenas 33 Km.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário seja enviado ofícios aos Srs. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes no sentido de que seja procedida a pavimentação da PR-151 que liga PALMEIRA-SÃO JOÃO DO TRIUNFO-SÃO MATEUS DO SUL.

O pedido se justifica tendo em vista que a referida estrada encontra-se no plano de pavimentação do Estado desde 1.977 e sua pavimentação viria beneficiar grandemente toda a região proporcionando, assim melhor escoamento da produção pois a região é predominantemente agrícola e pecuária.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando providências no sentido de que seja construído prédio próprio dos Correios e Telégrafos na cidade de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Darcy Deitos.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Ubiratã, com 53.000 habitantes, é um dos mais importantes de todo o nosso Estado, tendo na agricultura a sua maior fonte de renda, tendo a Prefeitura Municipal já efetivada a doação de terreno, só resta que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, construa naquela cidade o seu prédio próprio para funcionamento dos Correios e Telégrafos, o que virá sem dúvida a engrandecer aquela importante comuna paranaense.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando seja instalado um "mono canal Telefônico" na localidade de Paranaguachu, no Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Darcy Deitos.

## JUSTIFICATIVA:

Paranaguachu, localidade pertencente ao Município de Boa Esperança, distante de sua sede aproximadamente 16 quilômetros, é uma das mais desenvolvidas da região, tendo na agricultura o seu potencial econômico, necessita urgentemente do benefício ora solicitado para atender os habitantes que congrega na sede da referida localidade e em seus arredores.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, envio de expediente ao excelentíssimo Sr. Secretário da Indústria e Comércio, à inclusão da cidade de PRUDENTÓPOLIS no roteiro turístico do Estado, através de seu órgão competente a PARANATUR.

A nossa solicitação prende-se ao fato de estar passando despercebidos, várias das grandes belezas naturais proporcionadas pelos rios dos Patos, São João e São Francisco, formando os magníficos saltos de São João com 84 metros, São Francisco com 194 metros (o maior do Brasil) e o salto Barrão do Rio Branco com 64 metros, além do salto da Usina que pela sua visão panorâmica proporciona uma beleza inigualável. Tudo isso aliado a condição da cidade ser foco da emigração ucraniana, marcada pela sua arquitetura e pela tradição de um povo.

Nossa solicitação deve-se ainda a sua privilegiada localização, devido estar próximo ao eixo rodoviário que liga Curitiba a cidade de Foz do Iguaçu, sem dúvida nenhuma a maior atração turística do Estado.

Temos certeza que o incentivo a esta atividade, trará à região um desenvolvimento econômico e social dos mais benéficos, proporcionado por esta indústria que mais cresce no Mundo o TURISMO.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Gilberto Agibert Filho.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SEÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, no sentido de providenciar a instalação de uma Agência da Previdência Social no Município de PRUDENTÓPOLIS, tendo em vista que o referido Município encontra-se hoje com uma população de aproximadamente 70.000 habitantes, desta 85 por cento, esta localizada na área rural, tendo com isto grandes dificuldades para se locomover em busca de tratamento médico, e, também não dispor de recursos financeiros disponíveis para estes deslocamentos.

Achamos justa essa nossa reivindicação, uma vez que trará grandes benefícios para a população deste município e da região.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Gilberto Agibert Filho.

## Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI N.º 114/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "TEM PLO DA ALVORADA", com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Del Ciel.

## JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria, e tem por finalidade ministrar os ensinamentos da doutrina de Jesus, da fé Umbandista e da Codificação Kardecista, promovendo pesquisas, propagação e desenvolvimento de conhecimentos espirituais sob a orientação dos Mentores Espirituais.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação, para que a entidade continue a propiciar além do já exposto, o trabalho de atendimento e assistência aos necessitados.

## PROJETO DE LEI N.º 115/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Almirante Tamandaré, o imóvel situado à Rua Cel. João Cândido de Oliveira, s/n.º, destinado a sediar a Prefeitura do referido Município.

Art. 2.º — Havendo destinação diversa da estabelecida no artigo anterior, o imóvel reverterá automaticamente ao patrimônio do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Erondy Silvério.

## JUSTIFICATIVA:

O prédio que se pretende transferir ao Município de Almirante Tamandaré, para servir como sede da Prefeitura, atualmente está com sua capacidade de uso quase totalmente ociosa, de vez que nele funciona o Posto de Saúde, apenas.

De modo que a área correspondente a mais de dois terços do imóvel poderá bem servir para as instalações administrativas do município, que funcionam presentemente em prédio edificado no princípio do século, razão pela qual já não proporciona condições mínimas para o bom e normal desempenho do Poder Executivo Municipal.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, primeiro orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estamos encaminhando à Mesa um requerimento e evidentemente aguardando a aprovação por parte também da Bancada do PDS, porque entendemos que é um assunto de muita importância.

Nós estamos sugerindo nesse requerimento, ao Governador do Estado, Dr. Hosken de Novaes, que seja concedida uma anistia fiscal para as pequenas e médias empresas paranaenses, sobre multas, juros e correção monetária, que inci-

dem nos parcelamentos do ICM, contabilizados na dívida ativa do Estado, até o último exercício, encerrado em 31 de dezembro de 1.979. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, Sr. José Hosken de Novaes, sugerindo que seja concedida uma anistia fiscal para as pequenas e médias empresas paranaenses, sobre **MULTAS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA QUE INCIDEM NOS PARCELAMENTOS DO ICM, CONTABILIZADOS NA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO ATÉ O ÚLTIMO EXERCÍCIO, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.979.**

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1.980

a) Fiori Luiz.

#### JUSTIFICATIVA:

Neste momento em que a inflação e os custos operacionais das empresas, criam grandes dificuldades de comprar e manter estoques de matérias primas, insumos e mercadorias, e com o movimento de vendas em refluxo, as pequenas e médias empresas são as mais ameaçadas de falência e concordata.

Não seria justo que o próprio Estado deixasse de zelar pela participação e desenvolvimento de suas pequenas e médias empresas, através de uma anistia para multas, juros e correção monetária, que acabam duplicando e até triplicando dívidas.

De outro lado, é uma maneira de o Estado regularizar a situação das pequenas e médias empresas, que poderão atualizar-se, recolhendo o ICM sem outros encargos. Parece-me justo, oportuno e benéfico para a economia estadual e para o empresariado em dificuldades."

Nós temos mantido contactos quase que diários, com o Presidente da Associação Comercial de Londrina, Kentaro Takahara, e ele nos expõe uma série de dificuldades, para as pequenas e médias empresas do Paraná, principalmente na região Norte. É comum a gente ler nos jornais, as concordatas e falências, títulos em Cartório, das médias e pequenas empresas. O problema é nacional, mas com boa vontade do nosso Executivo Estadual, em criar-se esta anistia com relação às multas, aos juros e à correção monetária, seria uma forma realmente de auxiliar o empresariado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que encaminhamos à Mesa neste requerimento ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"As inteligências democráticas aplaudem, por certo, os posicionamentos de membros do Congresso Nacional, dos Parlamentos estaduais e dos Legislativos municipais, quando estes, mesmo sofrendo a limitação de suas atribuições pelos dispositivos de força e autoritarismo, se entregam ao mister de, libertando-se da condição de assistentes sociais, procuram enobrecer seus mandatos, assumindo a verdadeira missão que lhes foi confiada pela vontade soberana do Povo, através do voto, tarefa essa que é — ou deveria ser — a de legislador.

Discordando plenamente do objetivo pretendido pelo ilustre parlamentar paulista, o médico Salvador Julianelli, encapado em seu Projeto de n.º 2.726, no entanto, entendo como louvável, sua disposição em apresentá-lo ao juízo das

Altas Casas e, por conseguinte, da Nação Brasileira.

Mesmo sendo contrário ao Projeto apresentado, a iniciativa sempre será elogiável, pois que somente ela, conduzirà à multiplicidade de opiniões e, como consequência, o nascimento da Lei.

Em verdade, o projeto do deputado situacionista já foi objeto de discussão pelo Congresso. Agora, reapresentado sob outra roupagem, ainda não conseguiu a adesão do Parlamento.

Agora, retorna ao terreno de discussões, o projeto da lavra do Deputado Salvador Julianelli, da bancada Governista de São Paulo na Câmara Federal que arvorou-se em regulamentador de profissões, ocupações e atividades exercidas no setor da Saúde, mas cujos delineamentos são tão absurdos que já mereceram o repúdio da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência.

O documento, que leva o n.º 2.726, faz transparecer manobra literalmente tendenciosa, minimizando uma, dentre as mais nobres das atividades humanas, cujo resultado, caso seja referendado, provocará, inevitavelmente, uma autêntica luta no seio da classe médica.

Aliás, se o Conselho Federal de Medicina é o órgão competente para o reconhecimento das especialidades médicas, o Projeto em tela é perfeitamente dispensável, como afirma o próprio Consultor Jurídico do Ministério da Saúde, o doutor Adalberto Luiz da Silva.

Diante de diversas colocações mal postas e, ainda que seu autor, seja um médico, depreende-se que o mesmo ignora a terminologia da esfera que pretende disciplinar.

A fonoaudiologia, por exemplo, é uma das categorias que ainda não foi regulamentada, mesmo existindo no País, dez Universidades formando profissionais que seriam atingidos.

Segundo o respeitado cientista Jacob Pinheiro Goldberg, da SBPC, "o Projeto tem uma conotação restritiva completa. No seu artigo 2.º, exclue qualquer possibilidade de um esforço multi-disciplinar em favor da saúde — por exemplo, por sociólogos e outras categorias não incluídas no seu quadro — o que vai contra toda a tendência inter-disciplinar moderna".

Goldberg aborda ainda, a questão da inconstitucionalidade do projeto, estribado em parecer firmado pelo doutor Michel Temer, emérito professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que assinalou: "vários dispositivos do aludido projeto de lei, vulneram a Constituição Federal ... Não é livre — nem chega a ser profissão — aquele núcleo de atividades que não é desenvolvido soberanamente por alguém, mas que é, simplesmente, objeto de comando de outrem. Se — continua Temer — ao médico se confere poderes capazes de lhe permitir dizer ao dentista, ao psicólogo, ao veterinário, como suas atividades devem ser efetivadas, tais profissões não são livres, não são soberanas. O mesmo ocorreria se ao advogado fosse dado dizer ao contador, ao administrador, ao cientista social, qual deve ser sua conduta social. Não haveria liberdade, mas subordinação ... Liame que não retire a liberdade profissional, porque estaria agredindo a Constituição — (art. 153, § 23)".

Afirmou-se que grupos de interesses inconfessáveis transformar-se-ão em proprietários da saúde do povo, fato que a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e a da Adolescência do Rio de Janeiro e a Sociedade de Psicologia Clínica antevê e denuncia, eis que o Projeto Julianelli objetiva "de forma ignóbil e anti-ética, jogar categorias profissionais umas contra as outras, para dividi-las e confundí-las".

Determinados artigos são trágicos até, sem deixar de serem cômicos.

Proíbem ao psicólogo, a prescrição de medicamentos e a psicanálise, fato que prova ser, seu autor, destituído de elementares conhecimentos de Psicologia. Ora, no Brasil existem

mais de 5 milhões de deficientes mentais e cerca de 10 milhões de deficientes físicos, sendo que somente 94 mil crianças recebem atendimento e ainda não foi regulamentada a Emenda Constitucional n.º 12, que reconhece que o Estado é responsável pelos deficientes e estipula a criação de um órgão nacional congregando as verbas para a educação e o atendimento do excepcional.

Ainda por sua vez, o infausto projeto vai criar obstáculos à formação e exercício profissional de categorias básicas na área, motivo pelo qual sofreu o repúdio global no XI Congresso de Universitário da Área de Reabilitação.

Também a Associação dos Fonoaudiólogos, do Rio, destaca que a profissão de sua categoria ainda não foi regulamentada e que o Projeto Julianelli nem sequer entende a ciência que pretende disciplinar — o estudo básico da linguagem simbólica, reduzindo a um processo complexo aos elementos menores de articulação, dicção e colocação, daí porque repetimos que, em virtude desse aberrante documento, profissionais que estão sendo formados por dez Universidades, estão temerosos quanto ao futuro.

Jacob Pinheiro Goldberg relata que a Associação Brasileira de Psicologia concluiu que o Projeto "foi elaborado sem qualquer fundamento científico ou técnico e carece de seriedade".

No posicionamento da entidade, nada menos que cinco fatos são realçados: — não leva em conta a análise do trabalho (profissiografia), relativo ao Psicólogo, que é o único profissional preparado, no Brasil, para o diagnóstico psicológico e também para a Psicoterapia em geral e suas modalidades psicanalíticas, lembrando a citação de Freud — "a Psicanálise não é um ramo especializado da Medicina. Não vejo como é possível discutir isso. A Psicanálise é uma parte da Psicologia; não da Psicologia médica no velho sentido, não da Psicologia dos processos mórbidos, mas simplesmente da Psicologia". Freud disse isso em "A QUESTÃO DA ANÁLISE LEIGA", aliás, a Psicanálise desenvolveu-se por trabalho de cientistas excepcionais que não eram médicos: Anne Freud, Melanie Klein, Theodor Rick e outros.

Destaque-se que, em 1973, uma tentativa semelhante ao Projeto Julianelli, "Parecer Alcântara Cabernite", foi arquivada pela reação produzida, sendo que existe hoje no Brasil mais de 20 mil psicólogos democratizando o atendimento à comunidade que era privilégio de elite.

Um testemunho, sério e importante, que deve ser levado em consideração, é o da professora Diva Moreira, da Fundação João Pinheiro, lá de Minas Gerais. Ela denuncia que cerca de 80 por cento das internações nos hospitais psiquiátricos brasileiros são desnecessárias e que os hospitais psiquiátricos servem de colônia de férias, de local de repouso, para restauração de energia; albergue de velhos e menores abandonados; meio de se conseguir auxílio de doença de INAMPS; refúgio para pessoas condenadas pela Justiça; prisão; máquina de ganhar dinheiro com a comercialização da loucura e até para esconderijo de mulheres solteiras que se engravidam.

QUE MISÉRIA - QUE VERGONHA!

É TRISTE E REVOLTANTE, digo eu.

QUE DESGRAÇA! Deveríamos dizer todos nós.

É lógico que um trabalho sério de Psicologia — Psicoterapia e Psicanálise — seria um obstáculo ao quadro dantesco das "COLÔNIAS JULIANO MOREIRA".

Relatemos, para finalizar, as conclusões finais do depoimento de Jacob Pinheiro Goldberg:

— O artigo 2.º impedirá a atuação, no Brasil, de cientistas estrangeiros. Um Christian Barnard ou um Sabin só poderão atuar como "consultantes ou colaboradores" e as demais categorias são, simplesmente, excluídas, na hipótese;

— O artigo 15 do Projeto vai impedir uma assistente social fazer uma pesquisa de campo junto à família do assistido;

— O artigo 18 praticamente transforma a investigação científica e a pesquisa, num esforço burocrático;

— Pelo artigo 19, um escritório de estágio universitário das categorias ficará na dependência das autoridades sanitárias. Acabaremos tendo ginecologistas supervisionando nutricionistas;

— O parágrafo 1.º do artigo 20 é insultuoso ao dentista, pela alternativa de ser dirigido por profissional de outra área;

— O Projeto Julianelli é um gravame para o cirurgião-dentista, para o farmacêutico, para o enfermeiro, para a obstetriz, para o ortóptico (e não ortopedista, como está grafado nesse estranho "projeto"), o fonoaudiólogo, para o fisioterapeuta, para o terapeuta-ocupacional, o psicólogo, o fisicultor, o nutricionista, o assistente social, o tecnólogo, o veterinário e, principalmente, para o médico, pela confusão de atribuições de desqualificação de papel;

— O Projeto Julianelli é tão infeliz que no seu artigo 23, letra "a", I, pretende regulamentar até as relações profissionais com o ecossistema, numa ameaça ao teólogo.

Para resumir, Goldberg afirma que **PIAGET NÃO PODERIA TRABALHAR NO PIAUÍ!**

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo objeto do seu pronunciamento nesta tarde e ao mesmo tempo, deixar registrado, se me permite, este meu modesto aparte. Porque tenho conversado com inúmeros profissionais liberais, dentre os quais, alguns fonoaudiólogos, alguns fisioterapeutas, odontólogos, psicólogos, tanto em Londrina quanto aqui em Curitiba, e tenho sentido, através da manifestação desses profissionais o seu mais profundo descontentamento e desalento, diante de um projeto desta natureza. Centralizar nas mãos de um profissional, tantas atribuições de profissionais também, detentores de curso superior, como é o caso desses que acabei de alinhar. Felizmente, temos sido informado, de que o Deputado Julianelli estaria disposto a retirar de pauta o seu projeto, diante da enorme insatisfação que gerou a nível nacional. Se, isto for verdade, estaria este Deputado, simplesmente, fazendo justiça agora, à preocupação maior de todos nós, é pelo fato de que, todos os profissionais vinculados neste projeto à carreira médica, são pessoas que concluíram seus cursos em uma universidade, muitos dos quais, concluíram em universidades estrangeiras, com reconhecimento no Brasil e a maioria deles, assim procederam, visando ter uma profissão que lhes pudesse dar condições, inclusive de sobrevivência.

Então, quero cumprimentar Vossa Excelência pela feliz oportunidade de abordar um assunto como este, e também, aproveitar para esperar que este seu pronunciamento, seja encaminhado ao Congresso Nacional, através inclusive, da nossa Liderança do partido, para que o Deputado Julianelli, tome conhecimento de que aqui no Paraná, profissionais estão preocupados com seu futuro, diante de um projeto no meu entendimento, da mais alta injustiça.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Tão logo conclua. Deputado Tavares, na verdade, o que o Deputado paulista, talvez bem intencionado pretendesse, era uma regulamentação de âmbito geral, da área da saúde. Mas, evidentemente, não nos termos em que está posta. Porque nada menos que 13 profissões liberais, entre elas: cirurgião-dentista, farmacêutico, enfermeiro, obstetra, ortóptico, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, fisicultor, nutricionista, assistente social, tecnólogo e veterinário, todos ficarão subordinados ao médico. Aprovado este projeto, qualquer instituição de saúde

terá que ter a supervisão de um médico para todas essas atividades, inclusive para o cirurgião-dentista, que não poderá mais efetuar uma simples cirurgia bucal sem a prescrição médica.

É evidente em que há uma "capitis di minutio" violenta para essas treze profissões.

O Sr. José Tavares — Perfeito, conheço, inclusive alguns médicos que já, inclusive, confessaram a sua ignorância, a sua total ou quase total ignorância a assuntos de natureza odontológica, esse tipo de cirurgia bucal, por exemplo.

Então não vejo razão porque centralizar tantas profissões decorrentes de curso, de formação superior a médicos, porque eles têm inclusive as suas especialidades.

O SR. NILSO SQUAREZI — Exatamente. E ainda vamos dizer o seguinte: o cirurgião-dentista é uma doença física. Mas veja Vossa Excelência que o projeto investe até na subordinação do psiquiatra ao médico, o que evidentemente depende de estudos especialíssimos, coisa que a maioria dos médicos está totalmente despreparada para isso.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, quero cumprimentar Vossa Excelência pela oportunidade do seu pronunciamento. Estava, dias atrás em contacto com os órgãos de classe da qual faço parte, Conselho Regional de Farmácia, e estamos também engajados nesta campanha de esclarecimento dos legisladores federais e da opinião pública, quanto aos absurdos que este projeto de lei contém. Por exemplo, no que diz respeito a farmácia.

Como Vossa Excelência sabe, o farmacêutico não exerce apenas a sua função no estabelecimento comercial, mas também em laboratórios de análises clínicas, na indústria farmacêutica. Também na parte referente a toxicologia, nas análises necessárias para os esclarecimentos de determinados crimes. Ora, essa subordinação que pretende o autor do projeto de lei, acabaria por obrigar as indústrias de forma absurda manter médicos. Obrigar qualquer laboratório de análises clínicas para atividade que o farmacêutico teve todo o preparo, a ter um médico. Isso viria fatalmente além dos entraves burocráticos e absurdos, onerar sensivelmente o serviço ao consumidor.

Portanto, acredito que este Deputado está inteiramente desinformado da atualidade, em que as profissões realmente devem ser estimuladas desde a Faculdade que existe para formar os respectivos profissionais, como também acredito, nobre Deputado que aqueles que eventualmente apoiam esta medida não estão atentos a realidade nas diversas áreas profissionais.

Muito bem Vossa Excelência, como o Deputado que me antecedeu no aparte mencionou o exemplo do cirurgião-dentista. E outros casos haveria também, como no caso do enfermeiro. Então a pessoa que precisa de um enfermeiro para atender as necessidades, principalmente o cidadão idoso, seria obrigado a contratar também indiretamente um médico. Para quê? Para que onerar o consumidor.

O SR. NILSO SQUAREZI — Pelo projeto só poderá o enfermeiro prestar assistência desde que haja prescrição médica, o que é evidente aberração. Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer que evidentemente por se tratar de um assunto técnico, todas as considerações que o trouxe aqui evidentemente não são de nossa lavra. Elas são lastradas e baseadas evidentemente, por se tratar de um assunto técnico, todas as considerações que trouxe aqui não são de nossa lavra, elas são baseadas num trabalho feito pelo cientista Jacob Goldberg, que foi apresentado no Congresso da Sociedade para o Progresso na Ciência e que foi aprovado por unanimidade.

Acredito, Srs. Deputados, que esta Assembléia não pode permanecer omissa. (Lê)

"SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS!

Esta Assembléia não pode permanecer omissa diante da iniciativa que se constitui numa das mais sérias ameaças à sanidade da comunidade brasileira.

Independente de sua gritante inconstitucionalidade e dos aspectos injurídicos que o tornam uma aberração, há de se analisar sua face mais retrógrada e anti-científica: aquela que se caracteriza como um esbulho aos Direitos Humanos, fundamentais, nos dias que atravessamos.

O Projeto 2.726 é uma tentativa global de impedir a abertura de espaços de atuação profissional humanizante.

Cabe a este Poder, a formalização de veemente repúdio à triste iniciativa Julianelli, medievalesca, que expressa a ridícula vontade de um juízo autoritário que pretende enquadrar em camisa de força, toda a iniquidade da personalidade de uma Nação com características continentais, onde dezenas de milhões de crianças, mulheres, homens, doentes, idosos, desempregados, enfim, segmentos que demandam incommensurável atenção psicológica.

Se entendo a mão cumprimentando o eminente Deputado Salvador Julianelli pelo cumprimento de suas atribuições, como o faz quando submete à apreciação do Congresso, um projeto, mesmo estranho, mas extenso e cuja elaboração lhe deve ter sido cansativa até, crítico-o ao mesmo tempo, justamente pela estranheza da textualização, e por não corresponder à realidade nacional."

Deixo, Sr. Presidente, ao juízo da Casa, as considerações sobre o assunto e não formalizo hoje um requerimento pedindo que a Assembléia se manifeste contra o projeto porque espero a mobilização destas treze categorias por todo o Brasil. Inclusive aqui em Curitiba, quando no próximo dia 28 haverá um ato público patrocinado pelas faculdades que congregam estas treze categorias profissionais. Por todos os profissionais liberais que estão em atividade, haverá um ato público se manifestando contrariamente a este projeto.

Acredito, Sr. Presidente, que efetivamente o Deputado Julianelli acabe retirando este projeto no Congresso Nacional. Se isto não ocorrer, está a Casa científica e preparada para justificar este projeto de lei, a fim de que possamos nos manifestar coerentemente, atendendo à solicitação de todas estas categorias profissionais que se aprovado este projeto, sofrerão uma redução e até perante o quadro social brasileiro, verdadeira humilhação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — A Presidência consulta a Liderança do PMDB se fará uso de seu horário. — (Declina). Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, durante o espaço de tempo da liderança do PTB.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou aproveitar a oportunidade de hoje, de prestar mais uma memória ao inesquecível Presidente Vargas. Amanhã vou me ausentar desta Casa, dia 24, o dia fatídico, é domingo. (Lê):

"Temos tido como uma religião, o cuidado de não deixar passar em branco a data em que o Brasil inteiro chorou pelo desaparecimento do maior Estadista brasileiro de todos os tempos, naquele fatídico dia 24 de agosto de 1954, quando para não trair seus ideais nacionalistas e para não trair o povo brasileiro, para não curvar-se aos interesses malignos das multinacionais e para manter a paz interna no nosso País, abdicou de sua própria vida por amor a seu povo e às causas brasileiras.

GETÚLIO DORNELLES VARGAS, político e administrador cuja habilidade nestas difíceis tarefas o notabilizaram pela qualidade de seus dois governos. Sensível aos problemas brasileiros e aos problemas de seu povo, dirigiu seu trabalho na chefia da Nação, para a população brasileira, preservando acima de tudo seus interesses e a soberania nacional, como País livre e independente.

VARGAS, na simplicidade de sua vida, desde menino, nas lides campeiras, auxiliando seu pai no árduo trabalho do

campo, aprendeu a valorizar o trabalhador. Viu sempre, desde então, o homem como ser humano e capaz. Aprendeu a valorizar o homem por crer ser ele, pelo seu trabalho o único ser gerador de progresso e de desenvolvimento. Sentiu VARGAS, que amparando o trabalhador, dando-lhes condições dignas de trabalho, esse trabalhador desenvolveria sua tarefa feliz e seu índice de produtividade cresceria e crescendo sua produção estaria ele gerando resultados positivos, formando bens de capital que impulsionaria o progresso. Sentiu VARGAS que valorizando o trabalhador estaria criando um clima de tranquilidade, de paz e de harmonia, que fortalecido pela fé cristã estimularia o homem a colocar toda sua capacidade criativa em benefício da Nação brasileira, na construção de uma Pátria verdadeiramente grande e forte.

Notabilizou-se VARGAS, desde então pela sua capacidade de liderança, passando a ser reconhecido e respeitado por todos.

Sua popularidade crescia constantemente, já ultrapassando as divisas das propriedades de seu pai e as divisas de sua cidade, surgindo na opinião pública como um verdadeiro líder trabalhista.

Sentindo e vivendo as dificuldades do povo brasileiro, VARGAS passou a atuar na política em defesa dos mais altos ideais nacionalista, combatendo a corrupção que dilapidava a economia brasileira e espoliava o trabalhador de forma desumana, sugando o suor e o sangue de nossa gente numa ganância sovina, enquanto grupos inescrupulosos ligados aos interesses estrangeiros enriqueciam vergonhosamente.

Já conhecido nacionalmente pela sua filosofia humanitária, nacionalista e defensora do trabalhismo e inconformado com o resultado fraudulento das eleições presidenciais de 1930, comandou a Revolução naquele ano, no dia 3 de outubro, no Rio Grande do Sul. E todo o País se mobilizou em apoio dela, assumindo o poder já no dia 24 daquele mesmo mês e ano.

Seu primeiro governo se notabilizou pela justiça social e num combate ferrenho aos focos de corrupção. Teve VARGAS um árduo trabalho em arrumar a casa e recompor a política brasileira, dentro dos preceitos que nortearam suas aspirações e o programa trabalhista.

Eleito Presidente da República, em 1950, continuou VARGAS com os mesmos princípios de seu primeiro governo, dando novamente especial atenção aos problemas sociais e econômicos da Nação brasileira e de seu povo.

Estimulou uma política interna e externa que conciliasse tanto os interesses nacionais como os interesses estrangeiros, mas salvaguardando acima de tudo o direito do trabalhador, protegendo-o da exploração de sua força de trabalho, garantindo-lhe através de uma legislação própria, proporcionando segurança e estabilidade no emprego.

Instituiu reformas político-administrativas amplas e gerais, cuidando principalmente de setores administrativos vitais para a segurança nacional e para um seguro desenvolvimento da Nação. Criou o PLANO NACIONAL DO CARVÃO, o PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, BANCO DO NORDESTE, PLANO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO, PLANO DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO DO BRASIL, criou ainda, pelo Decreto n.º 4.003, a PETROBRÁS, como monopólio estatal de petróleo e ainda propôs uma REFORMA AGRÁRIA que se concluída, não haveria hoje brasileiro sem terra para cultivar e para gerar a grande riqueza do Brasil.

Enumerar tudo o que VARGAS fez pelo Brasil e por seu povo, seria extremamente cansativo, porquanto já o fizemos em outras oportunidades.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados como em todas as outras oportunidades ocupamos esta Tribuna para falar de VARGAS, sempre o fizemos com entusiasmo porque reconhecemos naquela figura ímpar da história brasileira o homem cuja capacidade administrativa não morreu através dos tempos

e é até hoje respeitado em suas memórias por todos os que têm conhecimento de suas inestimáveis obras e do que foi VARGAS como gente, sensível aos clamores do povo por justiça e paz.

Hoje, com maior entusiasmo registro desta tribuna, a lembrança de GETÚLIO DORNELLES VARGAS que há 26 anos, num gesto que estremeceu toda a Nação brasileira, para não trair seu povo abdicou da sua própria vida. Com entusiasmo porque novamente falo sob a sigla que ele criou — P.T.B. — partido político no qual iniciei minhas atividades políticas e que após muitos anos ressurgiu com os mesmos ideais de seu criador e no qual encontro no seu estatuto e no seu programa a mais significativa doutrina partidária de relevantes propósitos nacionalistas e de apoio ao trabalhador brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — A Presidência consulta a Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Tendo declinado, consulto a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. -- **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 42/80), que incorpora aos vencimentos do funcionalismo estadual a Parcela Adicional Social — PAS, instituída pelos parágrafos 1.º e 2.º, do Art. 1.º, da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1979. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (COM PRAZO CONSTITUCIONAL À VENCER EM 15/09/80). -- **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados. Antes porém, solicito a Vossa Excelência que faça soar os tímpanos para chamar a atenção dos Srs. Deputados que se encontram em outras dependência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(Faz soar os tímpanos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados, há "quorum" para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

A Presidência procederá a verificação de votação do Projeto de Lei n.º 93/80, atendendo solicitação do Sr. Deputado Lineu Turra.

(É feita a verificação de votação).

30 Srs. Deputados aprovam. -- **Aprovado.**



2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública o "Templo Espiritualista Estrela do Oriente", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/80, de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a "Tenda Espírita Pai João D'Angola de Aruanda", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 66/80, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública a "Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão - SATC", com sede e foro em Figueira, Município de Curiúva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Edgar Sponholz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Edgard Sponholz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 94/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do INPS, Seção do Paraná, encarecendo a instalação de uma agência no Município de Prudentópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, visando a inclusão da cidade de Prudentópolis no roteiro turístico do Estado, através de seu órgão competente a PARANATUR. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo seja instalado um monocal telefônico na localidade de Paraguaçu, Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encarecendo providências no sentido de que seja construído prédio próprio dos Correios e Telégrafos na cidade de Ubatã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que seja procedida a pavimentação da PR-151 que liga Palmeira-São João do Triunfo-São Mateus do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, em forma de apelo no sentido de que seja procedido o asfaltamento da BR-153, trecho que liga Imbituva-Irati. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alen-

car, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Senhora Maria de Lourdes Araújo Canet, por ter sido escolhida "MULHER PADRÃO SOROPTIMISTA DA AMÉRICA DO SUL. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., encarecendo a implantação de uma agência ou de um posto avançado no Município de Primeiro de Maio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Tribunal Federal de Recursos, pela decisão condenatória da União Federal por ter aplicado censura discriminatória contra os jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde" em 1973. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão, a fim de que seja concedida uma anistia fiscal para as pequenas e médias empresas paranaenses. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Pela ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, a Casa votou há poucos instantes requerimento, para que se consignasse na Ata dos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Edgar Sponholz, que foi um dos Membros do Poder Legislativo tempos atrás. Sempre esta Casa, quando falece um ex-Deputado tem, em sinal de respeito e em homenagem pela sua representação popular, pelos esforços dispendidos em favor do Paraná, em favor do próprio Poder Legislativo, suspenso os trabalhos.

Lamentavelmente nós acabamos de saber agora, por ocasião da votação do requerimento. Nessas condições para que se não abra uma exceção na praxe que esta Casa vem adotando, com relação aos ex-Deputados, eu requeiro a Vossa Excelência ouvida a Casa, que se levante a sessão de amanhã, que não se realize a Sessão Legislativa de amanhã em homenagem ao Dr. Edgar Sponholz, que realmente foi um Deputado que honrou o seu partido, que honrou a sua representação, que honrou o povo paranaense por uma atuação eficiente, embora discreta mas eficiente. Um dos Deputados que realmente deixaram a sua passagem nos Anais desta Casa, como um dos grandes representantes do povo paranaense.

Eu já encaminharei, por escrito à Mesa o requerimento. (É encaminhado à Mesa, o requerimento).

(Lê): "Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a suspensão da Sessão marcada para o dia 22, amanhã, em homenagem póstuma ao ex-Deputado Estadual Edgar Sponholz, recentemente falecido em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO"

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — A Presidência coloca a proposição do ilustre Deputado Erondy Silvério à apreciação do Plenário.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Pela ordem com a palavra o Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Nós, do PMDB, Sr. Presidente, nos associamos à homenagem que se presta a esse ex-Deputado, e também queremos dizer que nos solidarizamos com a proposição do Deputado Erondy Silvério, no sentido de que se suspendam os trabalhos da sessão de amanhã. E manifestamos também, nessa oportunidade o nosso pesar pelo acontecimento.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA -- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) -- Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA -- Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, eu quero me solidarizar com o requerimento do Deputado Erondy Silvério, e nós bem conhecemos o ex-Deputado, e tivemos a honra de pertencer a Assembléia

Legislativa, fazer companhia a esse ex-Deputado naquela época.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) -- Em votação o requerimento do Deputado Erondy Silvério. -- **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão.